



COMANDO DISTRI TAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO DE PORTALEGRE

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

BOLETIM TRIMESTRAL

WWW.PROCIV.PT



Foto: D. Rego

Índice

NOTÍCIAS – Pág.2

- > Kit de Vistorias
- > CCOD – Reuniões desconcentradas
- > Reunião de Quadros Comando
- > Coudelaria de Alter
- > Geoportal
- > Futuras instalações da FEB
- > CONAC visita CMA Portalegre

DESTAQUE – Pág.3

- >Análise estatística -
incêndios rurais 2010

Quem é quem – Pág.5

- >NMERG12

Legislação – Pág.6

TEMA – Pág.4

- > O interface urbano/florestal
em contexto de incêndios florestais

Agenda – Pág 6

EDITORIAL

03

Julho – Setembro 2010

Distribuição gratuita

Os artigos que constam neste Boletim foram redigidos ao abrigo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Nomes próprios e designações de organismos mantêm a grafia anterior.

Com o verão terminado e com ele, a Fase mais crítica que justifica o maior empenhamento e concentração de esforços em torno da ameaça dos incêndios florestais, apesar do período crítico terminar apenas no dia 15 de Outubro, começam já a perfilar-se as necessárias reflexões, pertinentes e importantes, a uma melhoria que se ambiciona sempre, sobretudo no contexto de um sistema complexo, que mobiliza tantos meios, recursos, pessoas e entidades, em torno deste fenómeno de incidência vincadamente sazonal, mas que deverá merecer sempre uma atenção e tratamento transversal a todas as épocas do ano.

Numa primeira abordagem, apenas é possível enfatizar uma nota de reconhecimento sumária, pela análise dos dados registados até ao fim do mês de Setembro.

Reconhecimento esse, que é feito segundo duas perspetivas. A primeira, em função dos resultados obtidos, pode considerar-se que os objetivos a que nos propusemos, foram devidamente alcançados. Ou seja, propusemo-nos diminuir o número de ignições de incêndios e conseguimos passar de 407 incêndios em 2006, entre 1 de Janeiro e 30 de Setembro, para 249 em 2010. Propusemo-nos diminuir a área ardida e no mesmo intervalo de tempo, apesar de esta ser ligeiramente superior ao valor atingido no ano passado, ainda assim, passamos de 2909 hectares ardidos em 2006, para 463 hectares ardidos em 2010. A segunda perspetiva, impõe-se pelo reconhecimento que é legítimo fazer a todos os organismos e entidades que concorreram para a obtenção destes resultados.

Fica então o desafio, à análise e reflexão que se impõe sobre este tema. Uma análise que se que se pretenda consciente, que conduza a uma reflexão séria e credível, para que a crítica a produzir seja sustentada em sugestões de melhoria razoáveis. Este não será certamente um exercício fácil, mas não nos demitamos de o fazer, por necessário e imprescindível.

Podemos sentir-nos, quiçá mais aliviados por este tempo, porventura mais adverso, ter passado. Mas não devemos aliviar o nosso ritmo de trabalho e deixar passar o tempo, que agora é importante na preparação de outro tempo igualmente difícil que, de certeza, vai chegar.

Belo Costa
Comandante Operacional Distrital

Kit de Vistorias



No exercício das competências que lhe estão atribuídas, a ANPC procede a verificações, através de vistorias realizadas no âmbito dos procedimentos para a concessão de autorização de utilização, bem como a inspeções para a confirmação da manutenção das condições de segurança contra incêndios em edifícios. Para o efeito, e tendo como objetivo o eficiente desempenho das mencionadas funções, o Gabinete Técnico do CDOS de Portalegre foi, recentemente, apetrechado com um moderno e sofisticado kit de vistorias, cuja aquisição foi possível graças à candidatura ao Plano URGE/CDOS 2010.

Constituído por diverso equipamento, com particular destaque para: máquina de fumos, manómetro de medição de pressão de redes húmidas, spray e vara para teste de detetores de fumos, tubo de Pitot, entre outros, o conjunto das ferramentas viabiliza a realização de todos os ensaios previstos no Manual de Vistorias de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, editado pela ANPC em 2010, do mesmo modo que incrementa a qualidade das verificações técnicas realizadas no plano das ações de vistoria e inspeção, potenciando o cumprimento das exigências regulamentares.



CDOS Portalegre

CCOD- Reuniões desconcentradas

Da proposta do Sr. Comandante Operacional Distrital, realizaram-se reuniões desconcentradas de CCOD calendarizadas da seguinte forma:

- Dia 4 de Agosto – CM Elvas;
- Dia 11 de Agosto – CM Crato;
- Dia 18 de Agosto – CM Campo Maior;
- Dia 25 de Agosto – CM Gavião;
- Dia 1 de Setembro – CM Fronteira;
- Dia 8 de Setembro – CM Monforte;
- Dia 22 de Setembro – CM Sousel.

Destas reuniões participaram, além dos elementos que compõem o CCOD, os elementos afetos às comissões municipais de proteção civil de cada concelho.



Reunião de Quadros de Comando

Realizou-se dia 02 de julho, reunião de elementos de comando do distrito de Portalegre, nas instalações do CB de Sousel. Presidida pelo Sr. Comandante Operacional Distrital, teve como ordem de trabalhos o balanço operacional relativo ao 1.º Semestre de 2010, DECIF fase Charlie e pontos livres.

Futuras Instalações da FEB

Com as presenças do Sr. Comandante Operacional Distrital Belo Costa, o 2.º Comandante da FEB Guilherme Isidro e o Presidente da Câmara Municipal de Portalegre Mata Cáceres, realizou-se dia 14 de setembro uma reunião com o objetivo de avaliar o ponto de situação do processo de construção das instalações definitivas do Grupo da FEB de Portalegre.

Coudelaria de Alter



Dia 14 de julho o CCOD realizou uma visita à Coudelaria Nacional de Alter do Chão e a áreas de risco de incêndio florestal no concelho de Alter do Chão.

Geoportal



Realizou-se dia 20 de setembro reunião entre o Sr. Comandante Operacional Distrital e o Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) com a seguinte ordem de trabalhos: análise e ponto de situação do processo PREVINHO e avaliação do módulo de proteção civil do GeoPortal do Distrito de Portalegre.

Visita do CONAC ao CMA Portalegre



No dia 21 de Julho o Centro de Meios Aéreos de Portalegre recebeu a visita do Sr. Comandante Operacional Nacional, Paulo Gil Martins.

Análise estatística – incêndios rurais 2010

Com uma área total de 6084.4 Km² e uma população que ronda os 127 017 habitantes, o Distrito de Portalegre assume em termos orográficos a ligação da planície alentejana com o solo montanhoso que caracteriza as regiões mais a norte do País.

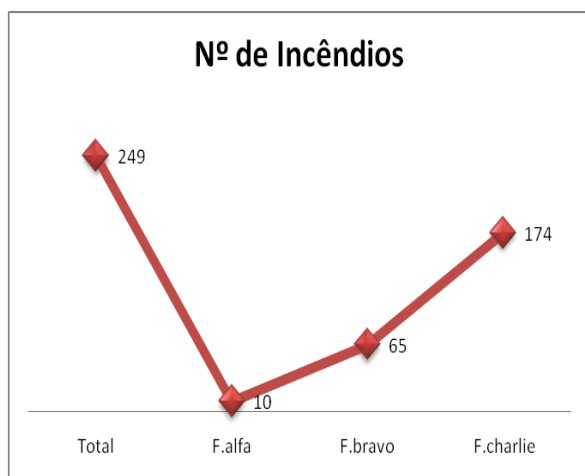
É um Distrito densamente florestado, sobretudo nos Concelhos mais a norte onde predominam, os montados, o pinheiro bravo, o eucalipto, bem como, algumas manchas de carvalho e castanheiro.

Na apresentação do Dispositivo Distrital de Combate a Incêndios Florestais foram definidos dois objectivos específicos para o Distrito de Portalegre; baixar o número de ignições e não ultrapassar os 1700 ha de área ardida (correspondendo este valor, à média de área ardida nos últimos cinco anos). Objectivos ambiciosos para um Verão que se adivinhava particularmente difícil.

O Verão de 2010 caracterizou-se a nível Nacional por um elevado número de ignições diárias, chegando em alguns dias a ultrapassar as 500.

O Distrito de Portalegre apresentou durante todo o Verão índices de dificuldade de supressão e de progressão do fogo extremos, bem como, um teor de humidade nos combustíveis finos e uma amplitude térmica diária mínimos.

Análise de resultados:



*Deflagraram no Distrito de Portalegre, de 1 de Janeiro a 30 de Setembro, 249 incêndios rurais com um total de 463.4203 ha ardidos.

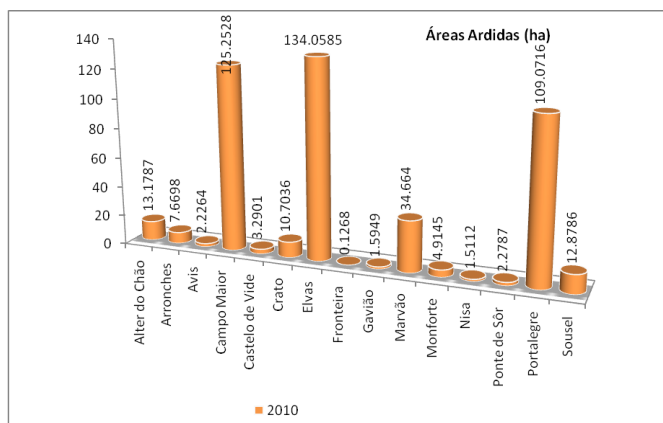
* 70% do número de ignições ocorreu durante a Fase Charlie.

* 64.3% da área ardida representa apenas quatro incêndios

* Mais de 30% das ocorrências registaram-se num único Concelho (Elvas).

*78.62% da área ardida foi registada em três Concelhos.

*O número de ignições baixou em 2010.



TOTAL INCÊNDIOS RURAIS								
ANO	Nº. FAL. ALAR.	Nº. DE INC.	Nº. DE BOMB.	MÉDIA BOMB. P/ INC.	Nº. DE VIAT.	MÉDIA VIAT. INC.	ÁREA ARD.	MÉDIA A/ARD. P/INC.
2006	184	406	6265	15.43	1606	3.96	2909.40	7.17
2007	78	355	5226	14.72	1287	3.63	1856.64	5.23
2008	55	255	3390	13.29	822	3.22	129.28	0.51
2009	47	272	3899	14.33	945	3.47	131.32	0.48
2010	55	249	4317	17.34	1049	4.21	465.56	1.87

Da avaliação e análise estatísticas acima apresentadas, verificamos que os objectivos estabelecidos foram largamente superados, consequência da agilidade e eficácia de um sistema integrado de prevenção, detecção e combate a incêndios que requereu o empenhamento de todas as entidades envolvidas no Dispositivo Distrital.

O interface urbano/ florestal em contexto de incêndios florestais



Tradicionalmente, nos países mediterrânicos, o fogo é considerado como um fenómeno natural, cíclico e crucial para a regeneração da sua variada vegetação, alguma dela devidamente a adaptada a ele, regenerando com maior intensidade, após a sua passagem. Para que tal ocorra, concorrem em muito, as suas características climatéricas, propícias à eclosão e desenvolvimento de incêndios florestais, muitos deles de grande intensidade e que se caracterizam, essencialmente, por Verões que atingem temperaturas elevadas, fraca precipitação e reduzidos teores de humidade no ar e na vegetação, tornando esta extremamente “vulnerável”, devido à sua “secura”, a esta realidade. Importa, também, salientar que a origem destes incêndios florestais poderá ser espontânea, embora rara ou, mais vulgarmente, como consequência de

trovoadas ou, ainda, por ação de atividade humana, negligente ou intencional, incluindo, por ação criminosa.

No caso concreto de Portugal, país com características climáticas mediterrânicas, podemos considerar o fenómeno dos incêndios florestais que aqui ocorrem, também de forma cíclica, como algo calamitoso, tendo em consideração a dimensão do país, o número de ignições existentes e as áreas ardidas e por eles afetadas. A esta realidade, acresce ainda e em termos absolutos, o decréscimo populacional nas zonas rurais e o acréscimo populacional dos grandes centros urbanos, potenciando a invasão de áreas anteriormente cultivadas por áreas florestais e incultas, bem como e ao invés, a expansão dos grandes centros urbanos para áreas tradicionalmente florestais. Também e paradoxalmente ao abandono do espaço rural, temos assistido à implementação de grandes complexos turísticos e de lazer no seu seio, fruto da procura e consequente motivação económica que a vivência da sociedade atual potencia, bem como e pelas mesmas razões, a implementação de numerosos complexos habitacionais em áreas florestais, criando um ambiente de interface urbano e florestal bastante agradável, sob o ponto de vista da qualidade de vida, para os seus habitantes.

No entanto e cada vez mais quando não devidamente acautelados os procedimentos preventivos relativamente à eclosão de incêndios, verificamos a sua ocorrência junto a áreas deste interface, podendo os danos provocados por eles ser significativamente maiores e mais graves do que os registados em espaços exclusivamente florestais, tornando urgente e preponderante a informação e esclarecimento das populações para esta realidade, de forma a minimizar as suas consequências.

Podemos pois, identificar dois tipos de interfaces urbanos/florestais implantados, de maneira geral, ao longo de todo o território nacional: zonas habitacionais compactadas e confinadas diretamente com os espaços florestais; zonas habitacionais ou habitações implantadas de forma dispersa no tecido florestal, a elas aliando-se fatores de risco, tais como, a inexistência ou não de vias de acesso, o declive, localização, idade das habitações e o seu material de construção, a existência ou não, bem como, a proximidade de infraestruturas de combate a incêndios e as próprias infraestruturas urbanas, estando elas próprias, inúmeras vezes, na origem dos incêndios.

Esta realidade, implícita pois a consciencialização das populações para a prática das medidas amplamente implementadas, por via legislativa, que possam minimizar a eclosão ou as consequências dos incêndios florestais na interface urbana/florestal.

Esta realidade, implícita de igual forma, um outro tipo de consciencialização inerente à prática do combate a incêndios florestais, já que a complexidade deste interface, a intercessão entre espaços urbanos e florestais, obriga a uma nova visão ou revisão de estratégias e táticas de combate, face à necessidade de dispersão de meios operacionais, humanos e materiais, garantindo, em primeira instância, a salvaguarda de habitações e demais bens a elas associados, que se revelam de maior valor para as populações.

Se por um lado é uma realidade que esta temática é já uma prioridade para alguns que com ela lidam com maior acuidade, é também evidente que tal não é suficiente para fazer face ao problema concreto, tornando-se, cada vez mais necessário a realização de ações de sensibilização junto das populações, bem como, o incremento de sessões de trabalho que congreguem técnicos especializados na área e entidades gestoras ou decisoras. De igual modo, a participação dos diversos órgãos de comunicação social na divulgação e passagem de informação assertiva para as populações, é por demais evidente e necessária para a moldagem de comportamentos que conduzam à minimização dos eventuais danos inerentes aos incêndios florestais no interface urbano/florestal, moldagem essa efetuada de forma ampla e abrangente dos comportamentos a ter antes, durante e depois da eclosão dos mesmos.





NMERG12

Para apresentarmos adequadamente o Núcleo de Mergulho dos Bombeiros do Distrito de Portalegre (NMERG 12), é preponderante recuarmos no tempo algumas décadas.

Os primeiros mergulhadores entre os Corpos de Bombeiros do Distrito de Portalegre surgiram no início na década de oitenta, nos Bombeiros Voluntários de Ponte de Sor. Estes Bombeiros mergulhadores mantiveram-se activos até finais dos anos oitenta, período após o qual o Distrito ficou novamente sem capacidade de resposta operacional nesta área de intervenção.

A dificuldade em meios humanos especializados para a intervenção subaquática nos Bombeiros em Portugal era comum a muitos Distritos do País. Em resposta a essa carência a Escola Nacional de Bombeiros (ENB) dá início em 1995 à formação de Bombeiros na especialidade de mergulho.

Nesse primeiro momento de formação um Bombeiro do Distrito de Portalegre conclui com sucesso o processo de formação, tendo-se seguido outros, anos mais tarde, em 1998 e 2001, aumentando o número de Corpos de Bombeiros com elementos dotados para a intervenção subaquática.

No ano de 2003, o então Inspector Distrital de Bombeiros do Distrito de Portalegre, Luís Belo Costa, procurou avançar para uma organização conjunta de todos os Bombeiros mergulhadores do Distrito, contudo, esta primeira tentativa acabaria por não ter o resultado esperado.

Nesse mesmo ano, a ENB estabelece um protocolo de formação com a Marinha Portuguesa e em consequência, no ano de 2004 são leccionados os primeiros Cursos de Bombeiro Mergulhador de nível 2 e Bombeiro Supervisor de Mergulho, na Escola de Mergulhadores da Armada.

Do Distrito de Portalegre são seleccionados e concluem o curso de Bombeiro Mergulhador de nível 2 dois elementos, sendo que um deles é seleccionado e conclui o Curso de Bombeiro Supervisor de Mergulho, no ano de 2005.

Estavam então reunidas as condições técnicas para a reorganização distrital desta actividade e em Maio de 2005, uma vez mais conduzidos por Luís Belo Costa, agora Comandante Distrital de Bombeiros do Distrito de Portalegre, é criado o Núcleo de Mergulho dos Bombeiros do Distrito de Portalegre (NMERG12), tendo como responsável o Supervisor de Mergulho, Simão Velez.

O NMERG 12 é assim uma organização conjuntural que começou por reunir todos os mergulhadores dos Corpos de Bombeiros do Distrito de Portalegre, que suportado por normativos de execução interna foi aferindo, desenvolvendo e avaliando as competências individuais de todos os mergulhadores tendo hoje um conjunto de elementos com capacidades mais homogêneas a altamente capacitados tecnicamente.

O Núcleo desenvolve treinos conjuntos mensais desde Maio de 2005, tendo desenvolvido competências para os mais diferenciados cenários e tipologia de missões subaquáticas. A sua grande especialidade reside no acto da busca subaquática em específico, recorrendo a técnicas ajustadas às características dos planos de água do interior do País, quer em período diurno quer em período nocturno. No entanto, desenvolveram ainda competências nas áreas da reflutuação, preservação de vestígios, buscas de minúcia, espaços confinados, etc.

Com o passar dos anos o Núcleo procurou também desenvolver competências técnicas na especialidade de condutores de embarcação e criou uma especialidade inovadora nos Bombeiros, o Guia de Mergulhador.

Gradualmente, procurou-se aumentar o número de recursos humanos nas diferentes especialidades até um número considerado adequado às necessidades do Distrito, o que está praticamente conseguido.

Actualmente, o Núcleo é constituído por 1 Supervisor de Mergulho, 21 Mergulhadores, 1 Guia de Mergulhado e 20 Condutores de Embarcação, apoiados por 6 embarcações de socorro e todo um conjunto de materiais e equipamentos que no total perfazem um montante superior a 100.000 euros, facto que reflecte o esforço financeiro dos Corpo de Bombeiros, nomeadamente, Alter do Chão, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Gavião, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel.

O NMERG 12 está operacionalmente capacitado para intervenções rápidas no Distrito de Portalegre e para ser mobilizado para qualquer ponto do País, conseguindo manter, até

à presente data, uma taxa de sucesso de 100% nas missões em que esteve envolvido.

Simão Luís Pechirra Velez



Legislação

Portaria nº 994/2010 - Determina a validade dos certificados de aptidão pedagógica de formador, emitidos ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 66/94, de 18 de Novembro.

Despacho nº 14587/2010 - Bases de apoio logístico constituídas à ordem da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Decreto-lei nº 41-A/2010 - Regula o transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/90/CE, e a Diretiva n.º 2008/68/CE.

Portaria nº 927/2010 - Segunda alteração à Portaria n.º 1562/2007, de 11 de Dezembro, que aprova a estrutura do Programa de Apoio Infraestrutural e determina as características técnicas das estruturas operacionais de bombeiros de 3.ª geração.

Despacho nº 14128/2010 - Determina a constituição de um grupo de trabalho para a transposição da Diretiva n.º 2008/114/CE, do Conselho, de 8 de Dezembro

Despacho nº 13876/2010 - Alteração ao despacho n.º 2849/2009, de 22 de Janeiro, que aprovou o regime dos apoios extraordinários às associações humanitárias de bombeiros.

Agenda

1 Outubro Reunião com secretário executivo e técnicos do GTF	6 de Novembro Exercício do NMERG12 – Segurança em espaços confinados em conjunto com a Equipa de Grande Ângulo dos B.V.Portalegre, em Portalegre
15 Outubro Reunião da Estrutura Operacional da ANPC com o Sr. Secretário de Estado da Protecção Civil na Escola Nacional de Bombeiros em Sintra.	13 Novembro Aniversário da Associação dos Bombeiros Voluntários de Monforte
18 Outubro Reunião da Comissão de Coordenação Distrital de Segurança Rodoviária no Governo Civil	15 Novembro Reunião da Comissão Coordenação da Segurança Rodoviária
22 Outubro Cerimónia de homenagem ao Bombeiro Joaquim da Conceição Mauricio do B.V.Nisa presidida pelo Exmo Sr. Ministro da Administração Interna.	21 Novembro Exercício do NMERG12 – Segurança em espaços confinados em conjunto com a Equipa de Grande Ângulo dos B.V.Portalegre, em mina de água, Sousel
23 Outubro Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Campo Maior Exercício do NMERG12 – Reflutuação de viatura ligeira em conjunto com a Equipa de Grande Ângulo dos B.M.Gvaião, no rio Tejo, ponte de Belver	4 Dezembro Exercício do NMERG12 – na Barragem do Caia
25 Outubro Aniversário da Associação dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Vide	11 Dezembro Aniversário dos Bombeiros Municipais de Gavião
29/30 Outubro 24ª Baja BP Ultimate 500	13 Dezembro Reunião da Comissão Coordenação da Segurança Rodoviária
28 Outubro Reunião do CCOD, no CDOS, com o Sr. Secretário de Estado da Protecção Civil.	19 Dezembro Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Portalegre

BOLETIM TRIMESTRAL DO CDOS DE PORTALEGRE

Edição e propriedade – Comando Distrital de Operações de Portalegre – Autoridade Nacional de Protecção Civil

Redacção e paginação – Comando Distrital de Operações de Socorro de Portalegre

Zona industrial - Rua Comandante José Maria Ceia nº 9/7300 – 056 Portalegre

para receber periodicamente este Boletim envie uma mensagem para cdos.portalegre@prociv.pt

Autoridade Nacional de Protecção Civil Pessoa Colectiva nº 600 082 490

